



## Poder Judiciário

### Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Diário de Justiça Eletrônico Nacional de 03/03/2025

Certidão de publicação 960

Intimação

**Número do processo:** 1000095-96.2024.4.01.3301

**Classe:** CARTA PRECATÓRIA CÍVEL

**Tribunal:** Tribunal Regional Federal da 1ª Região

**Órgão:** Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Ilhéus-BA

**Tipo de documento:** Intimação

**Disponibilizado em:** 03/03/2025

**Inteiro teor:** [Clique aqui](#)

#### Teor da Comunicação

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL Subseção Judiciária de Ilhéus-BA Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Ilhéus-BA PROCESSO: 1000095-96.2024.4.01.3301 / CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) DEPRECANTE: JUIZ FEDERAL DA 11ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS DO RIO DE JANEIRO AUTOR: UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) REU: LUCIANA BARLETTA REIS DEPRECADO: JUÍZO FEDERAL DA VARA ÚNICA DE ILHÉUS DESPACHO/MANDADO Objetivando às economia e celeridade processuais, necessárias a efetiva prestação jurisdicional, SERVIRÁ O PRESENTE DESPACHO DE EDITAL DE LEILÃO, conforme se vê abaixo: 1. IDs 1988115262, 1988115669. Objetivando ao integral cumprimento da diligência deprecada, determino que seja efetuado, perante o sistema RENAJUD, o registro/inclusão da restrição de alienação/transferência relativa à penhora efetuada sobre o veículo objeto da lide - I/AUDI Q3, 2.0TFSI, ano/modelo 2012/2013, Placa FVI1705, Chassi WAUDFA8UXDR000289. A referida restrição deverá ser efetuada por Oficial de Justiça deste Juízo, com a juntada aos autos do respectivo comprovante do ato. 2. Prosseguindo no integral cumprimento da diligência deprecada, com base no art. 879, inciso II do CPC/2015, determino a realização de leilão público - por meio eletrônico - para alienação do(s) bem(ns) penhorado(s), assim descritos resumidamente: 2.1. ÔNUS, DÉBITOS OU AÇÕES PENDENTES SOBRE OS BENS: 1. SEXTA VARA DO TRABALHO DE NOVA IGUACU-NOVA IGUACU-TRT01-Proc 00110721120155010226; 2. SEXTA VARA DO TRABALHO DE NOVA IGUACU-NOVA IGUACU-TRT01 - Proc 01001992320165010226; 3. SEXTA VARA DO TRABALHO DE NOVA IGUACU-NOVA IGUACU-TRT01 - Proc 01012905120165010226; 4. SEXTA VARA DO TRABALHO DE NOVA IGUACU-NOVA IGUACU-TRT01 - Proc 01013018020165010226; 5. SEXAGESIMA SEGUNDA VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO-RIO DE JANEIRO-TRT01 - Proc 00115875320155010062; 6. SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE NOVA IGUACU-NOVA IGUACU-TRT01 - Proc 00006399620115010222; 7. SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE NOVA IGUACU-NOVA IGUACU-TRT01 - Proc 01020215920165010222; 8. TERCEIRA VARA DO TRABALHO DE NOVA IGUACU-NOVA IGUACU-TRT01 - Proc 00112263820155010223; 9. TERCEIRA VARA DO TRABALHO DE NOVA IGUACU-NOVA IGUACU-TRT01 - Proc 01001421420165010223; 10. QUARTA VARA DO TRABALHO DE NOVA IGUACU-NOVA IGUACU-TRT01 - Proc 01004678320165010224; 11. QUINTA VARA DO TRABALHO DE NOVA IGUACU-NOVA IGUACU-TRT01 - Proc 00114070420135010225; 12. DECIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL-RIO DE JANEIRO-TRF02 - Proc 50130068220214025101 2.2. AVALIAÇÃO: R\$ 150.000,00(cento e cinquenta mil reais) - avaliação feita em 27/09/2022; 2.3. DESCRIÇÃO DO BEM E LOCALIZAÇÃO: I/AUDI Q3, 2.0TFSI, ano/modelo 2012/2013, Placa FVI1705, Chassi WAUDFA8UXDR000289, localizado no endereço/domicílio do executado/depositário LUCIANA BARLETTA REIS: Rua Diná Góes, n.º 85, Jardim Atlântico II, Ilhéus-Bahia; 2.4. DATA(S) DO LEILÃO: 15/04/2025, às 11:00 para o primeiro leilão e, não havendo arrematante no primeiro, fica desde já designado dia 22/04/2025, às 11:00 para realização do segundo leilão; 3. Designo o Sr. ARTHUR FERREIRA NUNES, Leiloeiro Público inscrito na JUCEB sob n.º 05/260040-8, nomeado através da Portaria n.º 002, de 06/02/2015 para atuar como Leiloeiro no presente feito, o qual deverá ser intimado acerca do encargo, bem como para prosseguir com os demais atos tendentes à efetivação do

leilão, os quais ficam desde logo homologados. As partes oportunamente deverão ser cientificadas, nos termos do art. 889 do CPC. Consigno, para fins do disposto no art. 891, parágrafo único, do CPC, que no primeiro leilão o bem poderá ser alienado por preço igual ou superior ao da avaliação e não sendo verificados lances iguais ou superiores ao valor da avaliação, o leilão permanecerá aberto até a data do segundo leilão, reputando-se por preço vil quantia inferior a 50% da sua avaliação, informação esta que deverá ficar claramente explicitada no edital. 4. O leilão será na modalidade exclusivamente eletrônica, devendo o Leiloeiro adotar as providências previstas nos artigos 884 e seguintes do CPC. 5. Fixo a comissão do Leiloeiro no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, sendo de responsabilidade do arrematante o pagamento da comissão à vista, no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015), não sendo inclusa no valor da arrematação. 6. Em caso de imóveis e veículos, o pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições: I – Imóveis e veículos: O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 12 (doze) meses; III – As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 cada; IV – Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice de correção monetária IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo; V – Caução para imóveis: Será garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem imóvel, através de hipoteca na matrícula, no momento do registro da carta de arrematação; VI – Caução para veículos: Será garantida através de caução idônea (exemplo de caução idônea: Seguro garantia, fiança bancária, imóvel em nome do arrematante ou de terceiro, com valor declarado igual ou superior a 03 (três) vezes o valor da arrematação), caução esta condicionada à aceitação e homologação pelo juízo. Não sendo apresentado caução idônea, ou, não sendo a caução apresentada aceita pelo juízo, a expedição da Carta de Arrematação e posse do veículo somente ocorrerá após comprovação da quitação de todos os valores da arrematação; Lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado, o que não interfere na continuidade da disputa. 7. No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o(a) Exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda dos valores já pagos em favor do(a) Exequente e Leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. 8. Registro que, na hipótese de suspensão ou extinção da execução, em razão de acordo ou remição após iniciados os atos preparatórios à hasta pública, o leiloeiro fará jus à remuneração pela metade, calculando o percentual de 2,5% sobre o valor da avaliação, conforme artigo 7º § 3 da Resolução 236/2016, a ser arcado pelo executado remidor. 9. A Secretaria deverá providenciar, tão logo seja cientificada das datas designadas para a realização da hasta pública, a publicação dos correspondentes editais, bem como proceder à intimação das partes. 9. Se o Executado pagar a dívida na forma do artigo 826 do CPC, ou ainda, celebrar acordo, deverá apresentar até a hora e data designadas para o leilão, guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto ao pagamento integral ou acordo, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. 10. Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final. 11. O edital também será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do leiloeiro [www.leiloesjudiciaisbahia.com.br](http://www.leiloesjudiciaisbahia.com.br) e também no site de publicações e consultas de editais de leilão PUBLICJUD, [www.publicjud.com.br](http://www.publicjud.com.br), em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015. 12. Intimem-se. Procedam-se as comunicações necessárias acerca da designação do leilão, inclusive ao Leiloeiro, oportunizando-se lhes vista dos autos. 13. Cumpra-se. Ilhéus, data infra (assinado eletronicamente) Juiz Federal / Juiz Federal Substituto

De acordo com as disposições dos artigos 4º, §3º, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e 224 do Código de Processo Civil, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação.

A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação.



<https://comunicaapi.pje.jus.br/api/v1/comunicacao/dDzaKrk7YJXUM8uwT8BKW96bBEe3NI/certidao>  
Código da certidão: dDzaKrk7YJXUM8uwT8BKW96bBEe3NI